



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:  
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

# FEPEG

F Ó R U M  
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

## A CONSOLIDAÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO PROFISSIONAL NO PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

**Autores:** VIVIANE BERNADETH GANDRA BRANDÃO, AMANDA CARDOSO BARBOSA E SILVEIRA, SCARLET GOMES PRATES, SUZANA ALVES DOS SANTOS BARROS, THAINARA SOARES VELOSO

### Introdução:

O Projeto ético político firma-se na direção ética e teórica da profissão, se constitui através dos emblemas históricos e da redemocratização da sociedade brasileira, pode se pautar que seu surgimento advém da recusa ao conservadorismo, e foi constituído a partir das décadas de 1970 e 1980, sendo este um projeto que se aproxima da teoria social crítica. O projeto é considerado de caráter hegemônico devido a categoria ser comprometida com valores éticos fundamentais. Para que este se inclua a profissão, é necessário compreender a dificuldade impostas atualmente que de alguma forma intervêm na atuação profissional.

Este trabalho tem por objetivo, abordar aspectos de principal relevância quanto ao Projeto Ético Político profissional do Serviço Social, trazendo compreensões quanto aos pilares que o norteiam, o qual compõe os elementos basilares para a formação de profissionais críticos. O projeto ético político do Serviço Social vem sendo construído desde as décadas de 70 e 80 e está em constante aprimoramento. No decorrer dos anos é possível ver como esse projeto ético político foi se renovando, um exemplo disso são as diferença encontrada no código de ética de 1986 e o de 1993, o que se percebe é uma maior elaboração, cuidado em reafirmar o compromisso com a classe trabalhadora e a defesa pelos direitos sociais. Ao analisar o código de ética de 1993 pode-se perceber a importância da liberdade, como valor ético central.

A liberdade, no Serviço Social sendo este o primeiro ponto dos princípios fundamentais do Código de ética do Assistente Social. Liberdade como escolha consciente visando a emancipação humana, ou seja, fornecer as bases para que os homens possam conseguir andar sozinhos visando a emancipação humana. Nesse sentido, conforme os princípios fundamentais presentes no código de ética do Serviço Social de 1993, fica explícito que a profissão busca uma nova ordem societária, sem exploração de classe, ou seja, a busca por uma ordem societária que não seja o capitalismo.

Outro fator muito importante presente no Serviço Social são as diretrizes curriculares, que articulam três dimensões indissociáveis: São elas: ético-político, técnico-operativo e teórico- crítico. Sendo de extrema importância que o Assistente Social busque a defesa pelas diretrizes curriculares, que estão dentro do projeto ético político do Serviço Social.

### Metodologia

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, com embasamentos teóricos conforme as análises de diferentes autores como Marilda Vilela Iamamoto, José Paulo Netto, Yolanda Guerra. Respalda-se que o Projeto Ético Político possui três pilares, sendo: a Lei de diretrizes e bases, o Código de ética de 1993 e a Lei de regulamentação da profissão. O código de ética, que é um conjunto de normas éticas que regem a conduta do profissional, sendo assim, na busca de consolidação da legitimação legal e social da profissão, os profissionais criaram e consolidaram atividades de cultos á profissão, como, seminários e congressos e também conquistaram uma legislação profissional.

### Resultados e discussão

A profissão que se emergiu em um movimento de caráter reformista conservador tinha como principal intuito “restaurar” o homem, ou seja, tentavam “endireita-lo”. Conforme Iamamoto (2004) com a institucionalização do Serviço Social, o profissional deixa de ser “ferramenta” a serviço da caridade transformando-se em executores de política social. Entretanto, a profissão ainda mantinha as características da pratica conservadora. De acordo com Iamamoto (2004, p.22) a fonte de inspiração do pensamento conservador provém de um modo de vida do passado, e foi resgatado como conteúdo de um programa viável para a sociedade capitalista. Deve ser pautado que o conservadorismo moderno foi fruto da Revolução francesa que foi um movimento impulsionado pela burguesia e da Revolução Industrial que foi um processo de transformações econômico-sociais que começou no século XVIII, na Inglaterra.



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:  
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

# FEPEG

F Ó R U M  
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

Ao referir-se a atualização da herança conservadora que se destacou no pós 1964, Iamamoto (2004) afirma que “essa atualização se manifesta em mudanças no discurso, nos métodos de ação e no projeto de prática profissional diante das novas estratégias de controle e representação da classe trabalhadora”. Portanto, o estado com o grande capital buscava atender as exigências da política de desenvolvimento com segurança. Sendo necessário o aperfeiçoamento do seu instrumental operativo e pela busca de padrões de eficiência.

Durante o autoritarismo, fruto das mudanças políticas na década de 1960, ocorre uma discussão acerca da metodologia profissional, foi o período no qual o Serviço Social se questionou metodologicamente, revisando o objeto, objetivos, métodos e procedimentos de intervenção da profissão. Outra tendência que se instaura neste período conforme Iamamoto (2004, p.34) é “a psicologização das relações sociais, que privilegia e particulariza os problemas de desintegração e desadaptação social e funcional”. Partindo do pressuposto de que os problemas materiais acabam se espiritualizando, transformando em dificuldades subjetivas de adaptação social, que são atribuídas como dificuldades do indivíduo usufruir dos benefícios que a sociedade lhe oferece.

Fica subentendido, durante o processo de atualização da herança conservadora, elementos que marcam profundamente o sentido da prática profissional como questões de economia política que acabam se transformando em problemas assistenciais, em muitos casos por falta de orientação, o proletariado acaba confundindo direitos com concessões de benefícios.

A outra postura sustentada por Iamamoto (2004, p.34) é quanto aos mecanismos que dificultam a apreensão dos efeitos da ação profissional, pois com a reificação dos métodos, técnicas da intervenção, burocratização das atividades, e com a psicologização das relações sociais, estes fatores favorecem o encobrimento da consciência profissional e implicações da sua prática.

Outro aspecto levantado por Iamamoto (2004, p.35) é acerca da busca de ruptura com a herança conservadora onde ocorre o questionamento do status quo (estado atual) e da prática profissional, período este, marcado por uma crise de intensa agitação política no continente. Entretanto, neste mesmo âmbito, ocorre a ampliação e modernização por conta da multiplicação das escolas especializadas e da demanda objetiva do estado e das empresas.

Observa-se que os processos de revisão, questionamento e análise do Serviço Social ainda não se situam na ruptura, e sim nos “marcos do humanismo e desenvolvimentismo”. É importante frisar que a ruptura procura, e direciona-se para o alcance de novas bases de legitimação da ação profissional do Assistente Social. A ruptura tem como pré-requisito que o Assistente Social aprofunde na compreensão e implicações políticas da prática profissional. Portanto, de acordo com Iamamoto (2004, p.37) “o profissional é mobilizado na implementação das políticas sociais que trazem no seu bojo interesses divergentes e antagônicos que o exercício profissional contraditoriamente reproduz”. Quanto ao posicionamento crítico que é assumido por uma parcela minoritária de Assistentes Sociais nos últimos anos tem emersões não apenas de iniciativas individuais e sim de respostas as exigências que foram apresentadas no momento histórico.

O profissional é solicitado não apenas pelo caráter propriamente “técnico-especializado” de suas ações, e sim devido às funções de cunho “educativo”, “moralizador” e “disciplinador”.

A atuação do profissional realiza-se através dos organismos da sociedade civil. Tais organismos constituem as “pontes” entre os Assistentes Sociais e as classes sociais. Iamamoto (2004) discorre acerca de algumas premissas da profissão como o perfil profissional, onde se considera o fato de a profissão ser predominantemente feminina, o qual a imagem da mulher era constituída a partir da cultura dominante, portanto, a mulher deveria possuir alguns atributos como, seriedade, modéstia e dentre outros.

É possível pontuar de acordo com Iamamoto, que a Lei da regulamentação da profissão de Serviço Social no Brasil designa as competências e atribuições privativas do assistente social, que expressam a capacidade de apreciar e dar resolutividade a determinados assuntos como por exemplo:

- 1) coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; com a participação da sociedade civil;
- 2) planejar, organizar e administrar programas e projetos em unidades de Serviço Social;
- 3) prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades em matéria do Serviço Social;
- 4) realizar visitas, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres em matéria do Serviço Social;
- 5) encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e população;
- 6) realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais, junto a órgãos da administração pública direta e indireta, a empresas privadas e outras entidades. (CFESS, 2012a)



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:  
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

# FEPEG

F Ó R U M  
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

Netto (1999), deflagra que “o projeto profissional do Serviço Social é denominado como projeto ético-político profissional. Pois, todo projeto profissional tem uma dimensão ética o qual pressupõe normalizações” como por exemplo aquelas que estão postas no Código de Ética do assistente social, outro fator a ser pontuado, é a questão da liberdade o qual é reconhecida como centro desse projeto, já que existe a possibilidade de escolher entre alternativas concretas.

No contexto atual, onde a crise do capital é gerada pelo alto índice de desemprego, percebe-se cada vez mais a polivalência e desprofissionalização do trabalho. Com isso, o Serviço Social cada dia vem sofrendo na disputa dos seus espaços profissionais, isto é, no campo de ações das políticas sociais. Essas transformações no cenário do aumentam as alterações na esfera do Estado. Na atual conjuntura, há modificações nas demandas, nas competências profissionais do Serviço Social, que lhe são exigidas postas a profissão.

Segundo CFESS, as atribuições, requisições e demandas da profissão na divisão técnica e social do trabalho, tende a responder a crise do capital, através da função do Estado e suas estratégias. O profissional do Serviço Social tem que corresponder a um determinado perfil, isto é, um perfil diferenciado com conhecimentos, habilidades, compromissos que são necessários aos profissionais. Na atualidade, identifica-se que vários serviços e programas sociais, articulados com as políticas sociais antecipam participação de assistentes sociais podendo ser em equipes ou não, executando tantos serviços e benefícios específicos. Diante dessa realidade das atribuições do aos assistentes sociais em meio às novas implicações, há um imenso contexto de expansão de diferentes profissões e o serviço social é uma delas.

Ao que respalda quanto as atribuições privativas do Assistente Social servem para informar, orientar e esclarecer à população, a respeito das atividades do assistente social sobre suas demandas, competências e atribuições junto aos usuários em relação ao trabalho do Serviço Social. No contexto atual, onde a crise do capital é gerada pelo alto índice de desemprego, percebe-se cada vez mais a polivalência e desprofissionalização do trabalho. Com isso, o Serviço Social cada dia vem sofrendo na disputa dos seus espaços profissionais, isto é, no campo de ações das políticas sociais. Essas transformações no cenário do aumentam as alterações na esfera do Estado. Na atual conjuntura, há modificações nas demandas, nas competências profissionais do Serviço Social, que lhe são exigidas postas a profissão. Segundo CFESS(2009), as atribuições, requisições e demandas da profissão na divisão técnica e social do trabalho, tende a responder a crise do capital, através da função do Estado e suas estratégias. O profissional do Serviço Social tem que corresponder a um determinado perfil, isto é, um perfil diferenciado com conhecimentos, habilidades, compromissos que são necessários aos profissionais. Na atualidade, identifica-se que vários serviços e programas sociais, articulados com as políticas sociais antecipam participação de assistentes sociais podendo ser em equipes ou não, executando tantos serviços e benefícios específicos. Diante dessa realidade das atribuições do aos assistentes sociais em meio às novas implicações, há um imenso contexto de expansão de diferentes profissões e o serviço social é uma delas.

A Lei de Regulamentação, reconhece as competências do assistente social entre elas: planejar, intervir, implementar e avaliar as políticas sociais. Isso levando a uma mediação política, dando ênfase de se problematizar a política social, onde caracteriza-se como um espaço profissional dos assistentes. Há uma semelhança entre habilidades e competências, enquanto habilidade é colocar em prática as teorias, competência consiste na junção entre habilidades, atitudes e conhecimentos.

Em conformidade com as menções acerca das atribuições, vale ressaltar que no Código de Ética (1993), nos artigos 4\* e 5\* que estabelece as competências profissionais e atribuições privativas dos assistentes sociais. Esses artigos é de grande relevância para pois é onde o assistente social tem sua necessidade de explicitar e aprimorar a interpretações desses artigos. Eles que regulamentam a profissão do Serviço Social, no que diz respeito às competências e atribuições privativas dos assistentes sociais.

## Considerações Finais

Sabe-se que a consolidação do projeto ético político profissional no processo de trabalho do Assistente Social foi um processo gradual que faz retrações de toda uma contextualização histórica, deste modo vale respaldar que através da análise de diferentes matrizes teóricas de autores como Marilda Vilela Iamamoto, José Paulo Netto, Yolanda Guerra e dentre outras pesquisas bibliográficas, como os pilares do projeto ético político, possuem pressupostos capazes de nortear os profissionais do Serviço Social.



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:  
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

# FEPEG

F Ó R U M  
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

## Referencias bibliográficas

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **Memória: 80 anos do Serviço Social no Brasil: O III CBAS "O Congresso da Virada" 1979.** *Serv. Soc. Soc.* [online]. 2017, n.128, pp.181-186. ISSN 0101-6628. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.102>.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do assistente social e Lei n. 8.662/93.** 10. ed. rev. e atual. Brasília: CFESS, 2012a.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. 30 anos do Congresso da Virada PROJETO Ético-Político do Serviço Social: **30 ANOS NA LUTA EM DEFESA DA HUMANIDADE**. 2009. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/SEM30ANOSDAVIRADACFESSsite.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. Seminário nacional: **30 anos do Congresso da Virada / Conselho Federal de Serviço Social.** – Brasília : CFESS, 2012. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/SEM30ANOSDAVIRADACFESSsite.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

GUERRA, Yolanda. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distancia. In: *Serviço Social e Sociedade*, nº 104, São Paulo: Cortez, 2010.

GODOY, Mariana Molina; COUTO, Eduardo Luis. **O CONGRESSO DA VIRADA DE 1979 E O PROJETO ETICO POLITICO PROFISSIONAL**. Disponível em: <<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/1963/2092>>. Acesso em: 18 jun. 2018

IAMAMOTO, M. V. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social.* – 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2004

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. A Construção do Projeto ético – político frente à crise contemporânea. In: *Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social, Módulo I, CFESS/ CRESS/ ABEPSS/ CEAD*, 1999.